



**DECLARAÇÃO DOS PARTICIPANTES NO FÓRUM ALTERNATIVO
MUNDIAL DA ÁGUA
MARSELHA, 14 – 17 de março de 2012**

Na qualidade de partícipes do Movimento pela Água Bem Comum, reunidos em março de 2012 no *Forum Alternatif Mondial de l'Eau* em Marselha, França, compartilhamos de uma visão comum da água. Nós a consideramos **um bem comum e não uma mercadoria**.

Nós saudamos as **vitórias** obtidas por nosso Movimento: o reconhecimento pelas Nações Unidas do **direito à água potável e ao saneamento como “direito do homem, essencial ao pleno gozo da vida”** (Resolução 64/292), o registro desse direito nas Constituições de diversos Estados da América do Sul e da África, o êxito do referendo italiano contra a privatização da gestão da água, a remunicipalização da água em Paris, Buenos Aires, Atlanta e em numerosas outras cidades do mundo, as primeiras decisões de justiça que implementam o direito humano à água.

Nós nos **opomos ao modelo econômico e financeiro** dominante que prescreve a **privatização e a mercantilização da água e dos serviços de saneamento**. Nós recusamos o **modo de desenvolvimento capitalista e extrativista**, responsável pelas crises econômicas, sociais e ambientais profundas e dramáticas que estamos enfrentando. Neste sistema, injusta e incapaz de assegurar o acesso à água e ao saneamento para todos e todas, a água é considerada uma simples mercadoria, contra a vontade e o interesse geral dos povos.

Face a esse modelo, reafirmamos que **a água é a condição de toda vida** no planeta e que **o direito à água e ao saneamento é um direito humano fundamental e inalienável**; insistimos no fato de que a **solidariedade entre gerações** presentes e futuras deve ser garantida; **rejeitamos toda forma de privatização da água** e declaramos que a **gestão e o controle da água devem ser públicos, cooperativos, participativos, equitativos e não-orientados para o lucro**.

Nós exigimos que os Estados garantam a todos **o acesso a uma água sadia e limpa em quantidade necessária para viver**. Chamamos todos os Estados a registrar nas suas legislações nacionais **o direito à água e ao saneamento para toda pessoa**, em conformidade com a Resolução das Nações Unidas, e a **negar reconhecimento à**

autoridade e à legitimidade do Fórum Mundial da Água como lugar da elaboração da política da água em âmbito internacional. A falência financeira da doutrina econômica dominante e o colapso das estruturas neoliberais que a formatam evidenciam que as instâncias como o Fórum Mundial da Água e o Conselho Mundial da Água não têm legitimidade alguma.

Nós chamamos a Assembleia Geral das Nações Unidas a organizar um **Fórum Mundial e Democrático da Água**, no mês de outubro de 2014, no intuito de obter dos Estados o engajamento, perante a comunidade internacional, de implementar o direito humano à água e ao saneamento. O agravamento da crise da água exige a reunião de um Fórum da Água legítimo, responsável, transparente e democrático. Esse Fórum deverá ser o lugar de discussões construtivas e abertas com as comunidades implicadas, os trabalhadores, os povos autóctones e a sociedade civil em geral, e deve ensejar engajamentos obrigatórios e não meras declarações de intenções. No intuito de nele poder participar em pé de igualdade com as forças políticas e econômicas partidárias do atual sistema, a sociedade civil deve receber meios materiais e financeiros suficientes.

Consideramos ser urgente e indispensável a instauração de uma **“democracia real”**: as populações envolvidas devem participar e pronunciar-se sobre as decisões relativas ao uso, a partilha e a proteção da água como, por exemplo, a opção pelo modo de gestão ou a realização de um grande projeto. Os cidadãos e as associações devem ser partes integrantes da gestão da água. Os Estados devem envidar seus esforços nesse sentido, mobilizando seus recursos políticos e financeiros na formação de seus cidadãos para o exercício dessa participação e no desenvolvimento de programas de educação ativa em torno da água.

O direito humano à água requer **investimentos públicos consequentes**. No Norte como no Sul, é preciso pôr fim às políticas de austeridade econômica e ao ajuste estrutural que permitem aos governos justificar a redução dos investimentos públicos na gestão da água e do saneamento, no intuito de abrir a porta às empresas privadas.

Nós chamamos os Estados a financiar **os sistemas públicos da gestão da água e do saneamento** pela via de uma **fiscalidade progressiva, de taxas nacionais e internacionais sobre as transações financeiras** e por meio de uma **re-afetação das despesas militares**. Exigimos dos Estados que garantam a ausência de exclusão social em relação à água: em caso de adoção de tarifas, estas devem ser progressivas.

Assegurar a qualidade dos serviços públicos de água potável e de saneamento, notadamente para os grandes centros urbanos, é impossível sem infraestruturas e sem mão de obra. **Nós apoiamos os direitos dos trabalhadores** tais como

expressos nas convenções da OIT, reconhecendo que as condições de trabalho devem ser dignas e que os trabalhadores devem dispor das ferramentas necessárias para efetuar seu trabalho e para contribuir à democracia do trabalho.

Nós recusamos a lógica das “parcerias público-privado” e nos pronunciamos por uma **gestão pública e cidadã da água** pela promoção, a criação e o fortalecimento das “parcerias público-público” e “público-cidadão” (**comunitário**). Nós chamamos para investimentos públicos, dentro dessas parcerias, e para a transferência dos conhecimentos do setor público para os atores cidadãos/comunitários que necessitam de formação nessa área.

Nós reconhecemos o valor da **gestão comunitária da água**, efetivada quando o recurso aos serviços públicos é impossível ou quando a demanda coletiva vai além de um serviço a ser disponibilizado. Na gestão comunitária, a água é restaurada na multiplicidade de suas funções, inclusive as habitualmente ignoradas pelos gestores: as **dimensões espiritual, estética, simbólica e cultural**. Ele também permite à comunidade a oportunidade de reformular o conjunto de suas necessidades e de mobilizar suas forças para projetos complementares relativos à agricultura, a formação e a organização da comunidade. Consideramos que a harmonia no uso da água condiciona a harmonia interna da comunidade e que a qualidade da gestão reflete a da própria sociedade.

Nós defendemos os **direitos dos povos autóctones**. Reconhecemos a importância de suas concepções do mundo, **das práticas e dos saberes tradicionais e costumeiros**, essenciais para a **construção de alternativas ao sistema de valores dominantes**, regido pela única lógica econômica.

Nós reafirmamos que **os direitos das mulheres** são fundamentais na luta global pela água. Com base no seu papel preponderante no abastecimento e na gestão da água, as mulheres reivindicam a efetivação de **uma partilha dos saberes**, notadamente técnicos, para a implementação completa do acesso à água. Elas pretendem participar paritariamente na tomada das decisões, na gestão da água, no saneamento e na higiene, em todos os aspectos dos processos, inclusive científicos e tecnológicos.

Nós apoiamos a **agricultura camponesa e familiar** e reivindicamos uma verdadeira **soberania alimentar** que permita a cada povo alimentar-se, ter acesso à água e à terra. Nós chamamos a dar a prioridade, no Norte como no Sul, aos modelos de **produção agroecológica**, adaptados à mudança climática, respeitosos do meio ambiente, menos consumidores do recurso em água e menos poluidores, garantindo aos produtores agroecológicos o direito de acesso à água agrícola para alimentar a cidade e o campo com produtos de qualidade, garantindo-lhes financiamentos adequados e investindo em técnicas inteligentes de coleta e de

utilização da água, adaptadas às capacidades locais e **ciós dos saber-fazer tradicionais**.

Nós condenamos a fuga desesperada para o **extrativismo** –exploração dos bens naturais em escala industrial- sob todas as formas, particularmente os projetos de **extração de minérios e hidrocarbonetos** (inclusive a exploração dos gases e óleos chistosos) que, sempre empurrando os limites das “áreas de sacrifício” destinadas a suprir matérias primas e energia, põem em perigo o acesso à água, sua disponibilidade e sua quantidade, para um número crescente de pessoas no mundo.

Nós denunciemos não apenas as **multinacionais** extrativistas, porém igualmente as **instituições financeiras internacionais**, os **tratados internacionais** e os **governos** que apoiam e aplicam este modelo de “desenvolvimento”. A colusão dos poderes desses diferentes atores objetiva asfixiar toda expressão popular e democrática e a obstar toda proposta política alternativa, do local ao global.

Nós chamamos a **trocar os modos de consumo**, a pôr fim ao sobre consumo e ao dogma do crescimento infinito, que incentiva a aceleração exponencial da extração dos bens naturais.

Nós chamamos a Assembleia Geral das Nações Unidas a incentivar uma reflexão comum sobre a construção de um **novo modelo de cooperação entre os Estados**, no intuito de sair do sistema econômico baseado em concorrência desenfreada. Essa guerra econômica global provoca uma espiral de superprodução e de sobre consumo que, longe de satisfazer as necessidades mais básicas de todas as populações, estimula em ritmo constante a depredação ilimitada da biosfera e um crescente mal estar das populações, no Norte como no Sul.

Nós pedimos a implementação de uma **transição energética** baseada nos princípios de sobriedade, de eficácia energética e de prevalência das energias de fluxo (renováveis) em relação às de estoque (esgotáveis). A **produção e a entrega de energia** devem ser orientadas à satisfação das necessidades dos povos e cessar de ser dirigidas pelos interesses das transnacionais e o consumo abusivo das indústrias. As **soluções locais, alternativas e sustentáveis** devem ser privilegiadas no âmbito de uma lógica de descentralização da produção. Essa transição implica notadamente a proibição imediata da exploração dos gases e óleos de xisto e areias betuminosas, das perfurações petrolíferas em profundas lâminas d’água e, em geral, de todas as formas de extração de hidrocarbonetos usando técnicas (inclusive as estimulações) perigosas para o meio ambiente e a saúde.

Nós **nos opomos** com determinação aos **processos de financiarização e de mercantilização de todos os aspectos da vida** –a natureza, a água, o trabalho- que

as transnacionais e a finança internacional procuram estender com seu projeto de “**economia verde**”, com o apoio dos governos, na conferência internacional Rio+20. Nós exigimos dos governos que rejeitem as “**falsas soluções**” dessa “**economia verde**” –as **grandes barragens**, a **energia nuclear**, os **agro-combustíveis**, as **monoculturas da agricultura e da silvicultura industriais**, a exploração comercial da **água engarrafada** ...- que, longe de resolver as crises ambientais e financeiras atuais, ameaçam a disponibilidade e a qualidade da água.

Nós apoiamos os sistemas econômicos cujo objetivo é de garantir o bem estar e um meio ambiente sadio para as comunidades humanas e não a maximalização da riqueza individual e dos lucros de entidades econômicas ou financeiras sobre dimensionadas.

Nós chamamos os governos a seguirem as recomendações da Comissão Mundial de Barragens e a não apoiarem as diretivas voluntaristas do Protocolo de avaliação da durabilidade da hidroenergia. Também pedimos que as organizações internacionais adotem uma moratória sobre o financiamento das grandes barragens.

Nós denunciaremos a criminalização dos movimentos sociais e ambientalistas que lutam pelo direito à água e contra o extrativismo e exigimos que sua proteção seja garantida. Particularmente, manifestamos nossa indignação diante do assassinato, em 15 de março de 2012, durante o FAME, de Bernardo Vásquez Sánchez, opositor do projeto de mineração da empresa canadense Fortuna Silver Mines no Estado de Oaxaca, no México.

Nós reivindicamos o **direito à desobediência civil** face à destruição do meio ambiente, dos meios de subsistência, da qualidade da vida e da colocação em perigo da saúde.

Nós propomos a implementação de um **sistema jurídico internacional independente que garanta o direito à água e ao saneamento**: esse direito deve ser oponível no mundo inteiro e devem ser punidos os crimes que o desrespeitam.

Nós chamamos para a **criação de uma Corte Penal Internacional dos Delitos Ambientais**.

Nós apoiamos a **preservação e a integridade do ciclo da água** no âmbito do reconhecimento dos direitos dos ecossistemas e das espécies à existência, ao desabrochar e à reprodução. Nós chamamos à elaboração e ao reconhecimento dos direitos da natureza no intuito de garantir à biosfera – e seus habitantes- a proteção necessária a seu equilíbrio e perenidade.

Nós nos engajamos a **prosseguir na construção de redes** e de novas alianças sociais, ampliando e aprofundando nossos vínculos com os movimentos populares e cidadãos que lutam pela soberania alimentar, a democracia, a justiça social e ambiental. Nós também nos engajamos em **chamar à responsabilidade os executivos municipais e os parlamentares** determinados a defender a água como bem comum e a reafirmar o direito à água para todos os seres humanos e outros habitantes, e a natureza. Nós **encorajamos todos os serviços públicos e as comunidades de usuários da água a congregarem-se** e a criarem associações nacionais e redes regionais.

Nós chamamos todos os movimentos, redes e organizações, partes no movimento pela Água Bem Comum, a se engajarem nos processos de mobilização cidadã na **perspectiva da Rio+20**, para tornar a Cúpula dos Povos (15 a 23/6/2012) e do Dia de Ação Global (20/6/2012) imensos sucessos populares, para deter a mercantilização e a financiarização de nossas vidas e impor nossas alternativas, únicas habilidades de responder as crises ambientalistas, sociais, econômicas e democráticas atuais.

Nós saudamos a **determinação e a coesão de nosso movimento**, nossas atuais e futuras vitórias e nos regozijamos de prosseguir no trabalho coletivo para além dos países e dos continentes! O FAME cumpriu seu objetivo ao contribuir para precipitar o fim do Fórum Mundial da Água. Está aberta a via para a aplicação do direito à água e ao saneamento, direito humano fundamental, e para que a água volte a ser um bem comum da Humanidade e da Biosfera.

Marselha, 17 de março de 2012.